

TOLEDO, PEDRO DE

*min. Agric. 1910-1913; emb. Bras. Itália 1914-1917; emb. Bras. Argentina 1919-1926; interv. SP 1932; rev. 1932.

Pedro Manuel de Toledo nasceu na cidade de São Paulo em 29 de junho de 1860, filho do capitão Manuel Joaquim de Toledo e de Ana Barbosa Toledo. Seu avô, o coronel Joaquim Floriano de Toledo, foi secretário particular de dom Pedro I, deputado geral entre 1830 e 1842, e vice-presidente da província de São Paulo em seis períodos entre 1848 e 1868. Seu tio, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, foi deputado geral de 1864 a 1868 e de 1878 a 1879, ministro da Marinha em 1866 (data do início das operações navais contra o Paraguai), senador em 1879, ministro da Fazenda em 1879 e 1889, conselheiro de Estado em 1882 e presidente do último Conselho de Ministros do Império em 1889.

Pedro de Toledo fez os primeiros estudos e iniciou o curso superior de direito em sua cidade natal, mas diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1884. Republicano e maçom, participou nesse ano da redação do jornal *A República*, editado em São Paulo por Xisto Barbosa e Joaquim Ribeiro com a colaboração de Alberto Torres, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Venceslau de Queirós, Alberto Faria, Antônio de Pádua Sales, José Negreiros, Rivadávia Correia, Vicente de Carvalho e outros.

Depois de formado, fixou residência em São José do Além Paraíba, atual Além Paraíba (MG), onde fundou a seção local do Partido Republicano junto com Demóstenes Lobo, Francisco Januário da Gama Cerqueira e outros. Apesar de suas convicções, foi designado procurador fiscal da Tesouraria Provincial de São Paulo por recomendação de seu tio, o visconde de Ouro Preto, e retornou então à capital paulista. Com o advento da República em 1889, assumiu interinamente o cargo de delegado e chefe de polícia.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Durante o mandato presidencial de Floriano Peixoto (1891-1894), ocorreram quase simultaneamente dois importantes conflitos armados, a Revolta da Armada, que envolveu a esquadra fundeada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, entre setembro de 1893 e março de 1894, e a Revolução Federalista, que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa

Catarina e Paraná de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Na ocasião, o presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, e o Partido Republicano Paulista (PRP) apoiaram ativamente o governo federal. Pedro de Toledo, que exercia interinamente o comando da Guarda Nacional, desempenhou missões de confiança do presidente estadual e em seguida foi deslocado para Faxina, atual Itapeva (SP), convertida em praça de guerra. Nesse posto, colaborou com as forças legalistas que atuavam no litoral paulista e na fronteira com o Paraná, e recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional. Ainda em 1893, participou do movimento realizado com êxito pela maçonaria paulista para tornar-se independente do centro maçônico do Rio de Janeiro.

Eleito deputado estadual em 1895 pelo Partido Republicano, incorporou-se à ala liderada por Francisco Glicério, tornando-se fundador no ano seguinte do jornal *A Nação*, de oposição ao governo de Prudente de Moraes (1894-1898), líder de outra facção republicana. A cisão entre as duas correntes consumou-se em 1897, com reflexos significativos na política interna de cada estado. No exercício do mandato, defendeu a política de valorização do café e manifestou-se especialmente sobre a organização dos municípios e a exploração das estradas de ferro. Após deixar a Assembleia estadual, retomou o exercício da advocacia. Retornou, entretanto, à vida política em 1905, a convite do presidente paulista Jorge Tibiriçá, sendo eleito novamente deputado estadual. Renovou o mandato em 1907 e, no ano seguinte, passou a acumular sua atuação política com o cargo de grão-mestre do Oriente Maçônico de São Paulo, que ocuparia até 1913.

A sucessão presidencial de 1909 deu origem a uma aguda disputa entre os adeptos da candidatura do marechal Hermes da Fonseca e os seguidores de Rui Barbosa, organizados em torno da Campanha Civilista. A liderança do PRP indicou Manuel Joaquim de Albuquerque Lins para vice-presidente na chapa de Rui, mas Pedro de Toledo, Rodolfo Miranda e outros discordaram da posição oficial do partido e apoiaram a candidatura de Hermes da Fonseca. Em janeiro de 1910, antes das eleições, o grupo de Pedro de Toledo voltou a contrariar a opinião da maioria de seus correligionários ao aprovar o envio de mais tropas federais para São Paulo, o que foi considerado uma forma de pressão sobre os ativistas da Campanha Civilista.

Hermes da Fonseca venceu o pleito presidencial de março de 1910 e Pedro de Toledo foi reeleito deputado estadual. As articulações no período pré-eleitoral entre José Gomes

Pinheiro Machado, Quintino Bocaiúva e outros chefes políticos estaduais conduziram à formação, em outubro, do Partido Republicano Conservador (PRC), voltado para apoiar o presidente eleito e organizado em torno da defesa da Constituição de 1891, da autonomia estadual, da estabilidade cambial e outros aspectos da política tradicionalmente dominante. Adepto do PRC, Pedro de Toledo não chegou a assumir o novo mandato parlamentar porque foi convidado por Hermes da Fonseca para ocupar o Ministério da Agricultura do seu governo, que seria empossado em 15 de novembro de 1910. Durante sua gestão, criou o Serviço de Consultas e a Diretoria Geral de Contabilidade, elaborou o regulamento das estações sericícolas e reformulou o regulamento do ministério e de órgãos subordinados a ele, como o Serviço Geológico e Mineralógico, o Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas e o Jardim Botânico. Entre 26 de janeiro e 26 de fevereiro de 1912, assumiu interinamente o Ministério da Viação e Obras Públicas em substituição a José Joaquim Seabra, e em maio seguinte, como ministro da Agricultura, viajou para o Rio Grande do Sul a fim de incentivar a agropecuária local e buscar novos rumos para o beneficiamento da uva e do trigo.

Após deixar o Ministério da Agricultura em 18 de novembro de 1913, foi nomeado em maio de 1914 embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil na Itália. Nesse posto, conseguiu a revogação da lei que impedia a imigração italiana para o Brasil. Em outubro de 1917 foi transferido para a Espanha e ali permaneceu até abril de 1919. Exerceu as mesmas funções na Argentina durante três anos a partir de novembro de 1919, e em seguida foi nomeado embaixador efetivo nesse país. Estudando a organização política local, passou a ser ativo propagandista do voto secreto, cuja adoção no Brasil defendeu em um livro que viria a ser publicado mais tarde pelo Partido Democrático (PD) de São Paulo com o título *O voto secreto*. Seu tratamento cordial aos exilados da Revolução de 1924 desagradou ao presidente da República Artur Bernardes (1922-1926), que lhe moveu perseguições e determinou seu retorno ao Brasil em abril de 1926. Com 66 anos de idade, voltou então a exercer a advocacia em seu estado natal.

NA INTERVENTORIA EM SÃO PAULO

Com a vitória da Revolução de 1930 e a formação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, o PRP, sustentáculo da velha ordem, foi completamente aliado de

qualquer participação no poder. Ao mesmo tempo, o novo governo não atendeu às expectativas do PD, que havia participado da revolução, nomeando o “tenente” João Alberto Lins de Barros delegado militar e, em seguida, interventor federal em São Paulo. No período seguinte, o PD se afastou progressivamente de Vargas e de João Alberto, acusados de marginalizar “ilustres figuras paulistas” e de estimular as atividades da Legião Revolucionária, organização liderada pelo “tenente” Miguel Costa, hostil às forças políticas tradicionais do estado.

O agravamento da crise em São Paulo levou João Alberto a se demitir em 24 de julho de 1931, quando foi substituído por Laudo Ferreira de Camargo, que mantinha ligações com o PD. Mesmo assim, o partido não se considerou contemplado, especialmente porque Miguel Costa continuou no comando da Força Pública, promovendo grande mobilização da Legião Revolucionária. Em 13 de novembro de 1931, o novo interventor se demitiu em consequência das limitações impostas por Vargas a seu governo, que enfrentava forte oposição dos integrantes do movimento tenentista. Assumiu então a interventoria o coronel Manuel Rabelo, profundamente ligado aos “tenentes”, o que levou à ruptura, em 13 de janeiro de 1932, entre o PD e o governo federal.

Em 19 de fevereiro de 1932, o PD e o PRP formaram a Frente Única Paulista (FUP) para lutar pela imediata reconstitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual. Com o crescimento do apoio popular à FUP e o progresso das articulações paulistas junto a forças políticas de outros estados com o objetivo de ampliar a luta contra o governo federal, Vargas anunciou em 24 de fevereiro a edição do novo Código Eleitoral como primeiro passo para a reconstitucionalização do país. Entretanto, essa medida não foi capaz de resolver a crise, e em 7 de março de 1932 Vargas nomeou Pedro de Toledo para substituir Manuel Rabelo na interventoria em São Paulo. Civil e paulista, o novo interventor preenchia os dois requisitos fundamentais exigidos pela FUP.

Embora o nome de Pedro de Toledo não figurasse entre os signatários do manifesto de fundação da FUP, os “tenentes” pressionaram contra a sua indicação, forçando a formação de um secretariado onde predominavam elementos da União Revolucionária. Miguel Costa permaneceu à frente da Força Pública, e as secretarias de governo foram ocupadas por José da Silva Gordo (Fazenda), Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz (Justiça e Segurança Pública), Teodoreto de Camargo (Agricultura), João de Mendonça Lima (Viação e Obras

Públicas) e Francisco de Sales Gomes (Educação e Saúde Pública). Osvaldo Cordeiro de Farias assumiu a chefia de polícia do estado, e Henrique Levi Cardoso tornou-se diretor do Departamento de Administração Municipal.

Desde o início de seu governo, Pedro de Toledo manteve contatos com a FUP. Em 5 de maio, encontrou-se com Paulo de Moraes Barros, José Adriano Marrey Júnior e Francisco Morato, do PD, e com Antônio de Pádua Sales, Ataliba Leonel e Altino Arantes, do PRP, e comunicou-lhes que viajara pouco antes ao Rio de Janeiro a fim de pedir a Vargas a nomeação de um interventor da confiança da FUP para ocupar seu lugar. Não fora atendido, mas recebera a orientação de tentar incorporar a FUP ao governo estadual.

Em 22 de maio, o ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, viajou a São Paulo para auxiliar na organização de um novo secretariado. A FUP conclamou os paulistas a demonstrarem repúdio ao governo provisório, o que resultou em uma grande manifestação popular hostil à presença do ministro. Osvaldo Aranha telegrafou em seguida a Vargas afirmando: “Situação grave. Resto país há articulação. Comércio, academias, colégios aderiram movimento exaltação popular, violento e hostil a mim e ao governo federal. Força Pública dividida, em maioria com o povo. Sou parecer Toledo organize governo com nomes escolhidos partidos, uma vez frente única compromete-se a cooperar governo. Morato, Ataliba, Altino, Moraes Barros afirmaram-me darão integral apoio ao governo. É tudo. Substituição Toledo agora impossível, bem como qualquer outra solução. Espero sua palavra máxima urgência para liquidar caso imediatamente.”

No dia seguinte, Toledo organizou um novo secretariado, desvinculado do governo federal e composto de elementos ligados à FUP, a saber: Valdemar Ferreira (Justiça), José Rodrigues Alves Sobrinho (Educação e Saúde Pública), Paulo de Moraes Barros (Fazenda), Francisco da Cunha Junqueira (Agricultura, Indústria e Comércio) e Francisco Egídio da Fonseca Teles (Viação e Obras Públicas). Joaquim Sampaio Vidal assumiu a direção do Departamento de Administração Municipal, Tirso Martins a chefia de polícia, Gofredo Teixeira da Silva Teles a prefeitura da capital, e o coronel Júlio Marcondes Salgado o comando da Força Pública. Para comemorar esse triunfo, a FUP convocou uma grande manifestação, que resultou em conflito com os partidários da Legião Revolucionária. Morreram nesse episódio quatro estudantes — Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo —, cujas iniciais vieram a formar a sigla da organização constitucionalista MMDC, que teria

grande atuação nos acontecimentos posteriores.

A FUP conseguiu também em 24 de maio o afastamento do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro do comando da 2ª Região Militar (2ª RM), mas essa vitória foi parcialmente anulada com a nomeação do coronel Manuel Rabelo para o posto. Tendo recebido instruções de assegurar o pleno controle militar de São Paulo, o novo comandante chegou a determinar no dia 29 de maio a unificação dos comandos da Força Pública e do Exército, mas teve que revogar essa ordem três dias depois em virtude da forte reação das forças estaduais.

Fortalecida no plano político e com grande penetração no meio militar em São Paulo, a FUP acelerou os preparativos para a luta armada contra o governo federal e intensificou os entendimentos com a Frente Única Gaúcha (FUG) e as forças dominantes em Minas Gerais. As articulações entre os militares eram lideradas pelo coronel Euclides Figueiredo, responsável também pelo plano do levante que seria chefiado pelo general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso.

Diante da inviabilidade de qualquer solução política para a questão paulista, a situação tornou-se explosiva. A deflagração do movimento foi inicialmente marcada para 14 de julho, mas a exoneração do general Bertoldo Klinger seis dias antes provocou a antecipação dessa data para 9 de julho. O comando revolucionário esperava a adesão de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e previa que a luta armada seria de curta duração. As primeiras operações militares foram a ocupação da Companhia Telefônica, do prédio dos Correios e Telégrafos, e das rádios Educadora e Record. Na noite do dia 9, a sede da 2ª RM foi cercada e, horas depois, seus defensores se renderam. Ao lado dessas ações, crescia também a mobilização civil, promovida principalmente pelo MMDC, com a apresentação de milhares de voluntários oriundos de diversas camadas sociais. Todo o contingente da Força Pública e quase todas as guarnições do Exército sediadas no estado aderiram à revolta, cujo quartel-general foi instalado na chácara do Carvalho, nos arredores da capital.

GOVERNADOR REVOLUCIONÁRIO DE SÃO PAULO

Pedro de Toledo desaconselhou a deflagração da luta armada e, no dia 10, manifestou o desejo de renunciar. Contudo, a insistência dos líderes revolucionários levou-o a aceitar o cargo de governador do estado e chefe civil do movimento, o que o fez ser

aclamado em seguida diante de grande concentração popular, descrita por Menotti del Picchia: “A multidão tomou-se de delírios pânicos que tornaram suas aclamações o reboar de um furacão desencadeado. As mãos acenavam; flabelavam-se os lenços; agitavam-se os chapéus. Comparecendo a uma das janelas do palácio cercado pelo general Isidoro Dias Lopes, coronel Salgado, dr. Francisco Morato, Pádua Sales e outros chefes militares e civis da revolução, foi o dr. Pedro de Toledo proclamado governador de São Paulo.” Pouco depois, Toledo enviou telegrama a Vargas, afirmando: “Esgotados todos os meios que a meu alcance estiveram para evitar o movimento que acaba de se verificar na guarnição dessa região, ao qual aderiu o povo paulista, não me foi possível caminhar ao revés dos sentimentos do meu estado.”

No dia 12, o general Bertoldo Klinger foi recebido entusiasticamente em São Paulo e assumiu o comando militar do movimento. Pouco depois, a junta revolucionária formada por Pedro de Toledo, Francisco Morato, Antônio de Pádua Sales e os generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger divulgou nota sobre a finalidade do movimento, afirmando que “o povo, a guarnição federal e a Força Pública de São Paulo, fraternizados com os civis e militares de Mato Grosso e em estreita cooperação com as correntes políticas e milícias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros estados..., anunciam que o movimento há de generalizar-se e prosseguir vitorioso, com o duplo intento de entregar o governo federal e uma junta que... leve o país ao regime constitucional e pôr em vigor a Constituição de 24 de fevereiro de 1891... A junta governativa compor-se-á de cinco membros — um do Rio Grande do Sul, um de São Paulo, um de Minas Gerais, um do Distrito Federal e um do Norte — e elegerá dentre eles um para seu presidente”.

Entretanto, faltaram as adesões esperadas e São Paulo passou a arcar com uma luta que se revelaria longa e árdua. O interventor no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, lançou um manifesto afirmando sua fidelidade aos deveres de delegado do governo provisório, enquanto os líderes políticos gaúchos favoráveis aos constitucionalistas propunham, sem êxito, a aceitação de um armistício por parte dos paulistas. Em Minas, o interventor Olegário Maciel também não aderiu à revolução e confirmou seu compromisso com o governo federal depois que tropas paulistas ultrapassaram a fronteira entre os dois estados.

A reação legalista não tardou. O governo provisório caracterizou a Revolução

Constitucionalista como uma tentativa de restauração da velha ordem e permitiu a divulgação de versões segundo as quais estrangeiros pretendiam separar São Paulo do resto do país. Começou então uma mobilização geral que garantiu em pouco tempo uma nítida superioridade legalista em homens e meios nas principais frentes de batalha.

Os paulistas tentaram compensar seu isolamento através de uma mobilização que envolveu toda a sociedade local. As metalurgias, oficinas mecânicas e fundições passaram para a direção de técnicos e engenheiros da Escola Politécnica com o objetivo de começar a produzir munição, granadas de mão, capacetes, lança-chamas e outros artefatos militares. O governo revolucionário participou ativamente do esforço de guerra. Em 15 de julho, determinou a centralização dos serviços de recebimento e distribuição de gêneros; no dia 18, requisitou os meios de transporte disponíveis, criou o Grupo Misto de Aviação da Força Pública e incorporou à administração estadual todos os serviços, departamentos, agências, delegacias e repartições públicas federais; no dia 21, criou o Departamento de Assistência à População Civil; no dia 29, autorizou o pagamento integral dos vencimentos de todos os funcionários públicos que se haviam alistado nos “batalhões patrióticos” e, no dia 30, extinguiu os antigos conselhos consultivos municipais.

Apesar desse esforço, os paulistas não conseguiram avançar para além das fronteiras de seu estado, assumindo uma posição fundamentalmente defensiva durante o conflito. Em 31 de julho, chegou a São Paulo o ex-ministro da Justiça, Maurício Cardoso, credenciado pelo governo federal para negociar a paz em torno de três condições: desarmamento da Força Pública estadual, reconhecimento do governo provisório chefiado por Vargas e aceitação do calendário eleitoral que previa a convocação de uma assembleia nacional constituinte no ano seguinte. Os entendimentos fracassaram completamente porque nas duas reuniões realizadas no palácio dos Campos Elísios os líderes constitucionalistas mantiveram suas exigências fundamentais: substituição de Vargas por uma junta governativa e reconhecimento da legitimidade do governo revolucionário paulista.

No final de julho e início de agosto os constitucionalistas sofreram na frente sul suas primeiras derrotas significativas, quando as tropas legalistas comandadas pelo general Valdomiro Lima ocuparam Itararé, Faxina (atual Itapeva), Buri, Ribeira e Apiaí. Mas o esforço de guerra prosseguiu. Em 10 de agosto, o governo revolucionário paulista reconheceu oficialmente o MMDC como organização de utilidade pública; no dia 20,

começou a Campanha do Ouro para a Vitória, que obteve grande êxito sob a coordenação da Associação Comercial de São Paulo; no dia 29, foram fixadas normas para a produção de álcool motor e, com o propósito de realçar o caráter nacional da luta e dirimir qualquer ideia de separatismo, foi adotada a divisa *Pro Brasília fiant eximia* (Pelo Brasil façam-se grandes coisas).

Em fins de agosto, grupos armados simpáticos à causa constitucionalista iniciaram um levante no Rio Grande do Sul sob a liderança de Antônio Augusto Borges de Medeiros, João Batista Luzardo, Lindolfo Collor, Marcial Terra, Raul Pilla, Glicério Alves e Turíblio Gomes, pretendendo impedir o deslocamento maciço de tropas legalistas gaúchas para São Paulo. Sem obter adesão de nenhum contingente militar significativo, o movimento sofreu sucessivas derrotas e ficou reduzido, a partir do início de setembro, a cerca de duzentos homens comandados por Borges de Medeiros e Batista Luzardo, terminando assim a esperança de um apoio gaúcho a São Paulo. Em 11 de setembro, o governo revolucionário paulista criou o Departamento de Mineração Metalúrgica para tentar suprir as necessidades de produção de artefatos bélicos. Mas a derrota militar dos constitucionalistas já se configurava. Nessa época, tropas mineiras ocuparam Itapira, Mojmirim e Amparo. Campinas sofreu um bombardeio aéreo e forças federais desembarcadas em Parati (RJ) penetraram em São Paulo através da serra do Mar.

Nesse contexto, Bertoldo Klinger enviou uma carta a Vargas no dia 14 de setembro, propondo a discussão de um armistício. O intermediário desse contato entre o comandante geral das forças constitucionalistas e o chefe do governo provisório foi o ministro da Marinha, almirante Protógenes Guimarães, portador também da resposta em que Vargas reafirmava as bases de sua proposta de paz: deposição das armas pelos revolucionários, reorganização do governo estadual com a nomeação de um interventor federal civil e paulista, afastamento dos líderes constitucionalistas e anistia para os efeitos criminais, sem prejuízo das sanções administrativas que o governo aplicaria aos responsáveis pela revolta. No dia 27 de setembro, o comandante da Força Pública paulista, coronel Herculano de Carvalho e Silva, promoveu uma reunião da alta oficialidade da corporação, com a presença também do major Alexandrino Gaia, representante de vários comandos militares. Esses oficiais consideraram inevitável a derrota militar de São Paulo e delegaram poderes ao coronel Herculano para desenvolver os entendimentos necessários à cessação dos

combates. No dia 28, Klinger comunicou aos comandantes das tropas paulistas a iminência de um pedido de armistício. Inconformado, Euclides Figueiredo, comandante das forças constitucionalistas que operavam no vale do Paraíba, solicitou a Klinger que sustasse a divulgação de sua proposta de paz e impedisse Herculano de enviar emissários para negociar com o inimigo. Klinger atendeu ao primeiro apelo, mas o comandante da Força Pública respondeu que não havia possibilidade de suspender os entendimentos com as forças governistas.

Euclides procurou então Pedro de Toledo e, juntos, convocaram para o mesmo dia uma reunião no palácio do governo com outros comandantes militares e membros civis do governo paulista. Klinger recusou-se a participar e avisou que aguardaria até uma hora da madrugada seguinte para pedir o armistício. No encontro o coronel Herculano foi exonerado de suas funções e substituído pelo major Romão Gomes, promovido nesse momento a tenente-coronel.

Entretanto, o governo paulista já havia perdido o controle da situação militar. No dia 29 de setembro, conforme avisara, Klinger solicitou o armistício, mesmo sem a concordância do governador Pedro de Toledo. Depois de algumas negociações preliminares, foram enviados dois emissários de Klinger e dois de Herculano para conferenciar com o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, comandante das forças legalistas no vale do Paraíba, que preferiu negociar em separado. Góis Monteiro reuniu-se primeiro com os dois oficiais da Força Pública e exigiu que essa corporação passasse a reconhecer unicamente a autoridade do governo provisório, e fizesse recuar todos os seus efetivos para a capital paulista a fim de manter a ordem. Em contrapartida, o governo garantia aos oficiais da Força Pública a manutenção de todas as vantagens e regalias correspondentes aos postos que ocupavam antes do início dos combates, prometendo ainda libertar todos os prisioneiros. Aceitas as condições, o armistício foi assinado em 2 de outubro.

Na manhã desse dia, a capital já conhecia os detalhes da rendição paulista. Pedro de Toledo reuniu-se com Paulo de Moraes Barros, José Rodrigues Alves Sobrinho, Francisco Egídio da Fonseca Teles, Joaquim Sampaio Vidal, Francisco Morato, Antônio de Pádua Sales, Rodolfo Miranda, Manuel Vilaboim, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, Carlos de Moraes Barros, Antônio Prudente, Cesário Coimbra, Lino Moreira, Carlos Nazaré, Arci da Rocha Nóbrega, Moacir Barbosa e o coronel Basílio Taborda para debater pela última vez a

possibilidade de prosseguir a resistência, posição defendida por Euclides Figueiredo. Os presentes concluíram pela impossibilidade de continuar lutando, e o tenente-coronel Romão Gomes apresentou seu pedido de demissão do comando da Força Pública. As forças constitucionalistas cessaram então, incondicionalmente, a resistência armada.

Com a vitória consolidada, o general Góis Monteiro ordenou a deposição de Pedro de Toledo e nomeou o coronel Herculano governador interino do estado. Pedro de Toledo encarregou então Valdemar Ferreira de preparar um manifesto ao povo paulista que seria assinado por todo o secretariado revolucionário. O documento lembrava o levante do dia 9 de julho, apresentava um resumo da evolução da guerra civil e ressaltava a falta de recursos para prosseguir-la. Relatava ainda as condições em que o armistício fora negociado e o esforço do governo revolucionário em ouvir a opinião dos comandos militares, representantes de associações comerciais, industriais, liberais e outras entidades antes de aceitar a suspensão da resistência. Comunicava o fim “do governo constitucionalista aclamado pelo povo paulista, pelo Exército nacional e pela Força Pública e hoje por esta deposto” e concluía afirmando: “Fica encerrada nesta faixa do território brasileiro a campanha militar pela restauração do regime legal. Mas o anseio não se sopitará. Comprimida, a campanha há de expandir-se certamente, por não ser possível que um povo como o nosso persista em viver num regime de arbítrio.”

No dia 6 de outubro, o general Valdomiro Lima foi nomeado interventor federal em São Paulo. Pedro de Toledo foi preso e levado para a ilha do Rijo, na baía de Guanabara, onde esteve com Artur Bernardes, Antônio Augusto Borges de Medeiros e outros líderes políticos constitucionalistas de vários estados. Foi enviado em seguida para o exílio em Lisboa, onde permaneceu até a promulgação da nova Constituição, em julho de 1934.

Pedro de Toledo pertencia à Academia Paulista de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de julho de 1935.

Era casado com Francisca Gama Cerqueira, filha do conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; BELEZA, N. *Evolução*; CÂM. DEP. *Deputados*

brasileiros. Repertório; CARNEIRO, G. História; CARONE, E. República velha; DULLES, J. Anarquistas; Efemérides Paulistas; Encic. Mirador; FIGUEIREDO, E. Contribuição; Grande encic. Delta; GUIMARÃES, A. Dicionário; JARDIM, R. Aventura; LEITE, A. História; LUZ, N. Luta; Novo dic. de história; PEIXOTO, A. Getúlio; POPPINO, R. Federal; RAMOS, P. Partidos; REIS JÚNIOR, P. Presidentes; SILVA, H. 1932; Súmulas.